



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150789 - PA (2021/0232183-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : JACI FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JACI FERREIRA DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0805340-90.2021.8.14.0000).

O recorrente cumpre pena privativa de liberdade desde 15/9/2016, atualmente em regime fechado.

Nesta via, a defesa sustenta a existência de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo, por parte do juízo de origem, para a unificação de pena oriunda de suposta condenação, cuja guia sequer foi juntada aos autos do processo de execução.

Salienta que o pedido de progressão de regime foi deferido há mais de 10 meses e que permanece, injustamente, cumprindo pena em regime mais gravoso do que o de direito.

Requer, liminarmente e no mérito, o imediato cumprimento da decisão que lhe concedeu a progressão para o regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No que diz respeito à alegação de excesso de prazo, a Corte local assim se pronunciou (e-STJ fl. 50):

Nota-se que as informações colhidas, dão conta de que não assiste razão a tese de excesso de prazo para apreciação da progressão de regime do apenado, uma vez que, o paciente teve contra si uma condenação superveniente, em razão da prática do crime de estupro proferida nos autos do processo nº 0000055-44.2012.814.0076, que ainda está passível de soma e unificação de penas no juízo da execução penal. (transcrito no voto).

De acordo com as informações da autoridade impetrada, o atraso efetivação da progressão de regime do paciente é decorrente da unificação das penas sendo que essa demora não decorre de desídia do Juízo de Execução Penal, explicando que umas das condenações do paciente é oriunda dos autos do processo nº 0000055-44.2012.814.0076 (Vara única de Acará/PA), não tendo o referido Juízo remetido a guia de execução da pena e nem as respectivas documentações necessárias.

Informou que determinou expedição de ofício requisitando a referida documentação à (Vara única de Acará/PA). Como visto, colhe-se das informações que o processo de unificação das penas depende da guia de execução a ser expedida pelo Juízo da Vara única da Comarca de Acará/PA, o que já fora solicitado pela autoridade apontada como coatora.

Verifica-se, desse modo, que não se sustentam as alegações do impetrante porque o atraso na prestação jurisdicional não decorreu de desídia da autoridade impetrada porque a expedição da guia de execução caberia ao Juízo de conhecimento, nos termos do art. 105 da Lei de Execuções Penais.

Mesmo não tendo responsabilidade sobre a demora na apreciação do pleito de unificação das penas, a autoridade impetrada já diligenciou no sentido de que a documentação que está impedindo o andamento do pedido seja trazida aos autos.

De qualquer forma, o excesso de prazo na apreciação do pleito não deve ser observado de forma rígida e matemática, mas sim a luz do Princípio da Razoabilidade, sendo certo que, in casu, o feito encontra-se em seu regular prosseguimento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência